



**Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça**
Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau

1 Informações Gerais

Ata 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data: 29/02/2016

Horário: 09h30min

Local: Sala da Comissão Permanente de Segurança, 2º andar, Tribunal de Justiça

Pauta:

1. Encaminhamentos de reuniões passadas.
2. Organização de medidas para melhoria do serviço prestado pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do Estado do Ceará.
3. Apresentação de proposta para lançamento e funcionamento do Fórum Permanente de Diálogo Interinstitucional e Social do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Ata elaborada por: José Marcelo Maia Nogueira, servidor da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag)

2 Participantes

Cargo	Nome
Membros do Comitê	
Desembargador(a) Coordenador(a)	Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Juiz(a) Auxiliar da Corregedoria	Dra. Roberta Ponte Marques Maia
Secretário de Finanças	Alex Araújo
Secretário de Planejamento e Gestão	José Joaquim Neto Cisne
Juiz Indicado pela ACM	Dr. Ricardo Alexandre da Silva Costa
Convidados	
Desembargador Supervisor do NUPEMEC	Des. Francisco Gladys Pontes
Juíza Coordenadora do CEJUSC Fortaleza	Dra. Natália Almino Gondim
Juíza Coord. Adjunta do CEJUSC Fortaleza	Dra. Jovina D'Ávila Bordoni

Juiz Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua	Dr. José Maria dos Santos Sales
Dir. Depto. de Otimização Organizacional	Alda Maria Araújo de Oliveira
Diretora da Divisão de Sistemas de Gestão	Ana Paula Alcântara Gonçalves Pessoa
Secretariado da reunião (Seplag)	
Diretora Depto. de Estratégia e Projetos	Roberta Kelma Peixoto de Oliveira Jucá
Diretor Div. Gerenciamento da Inovação	José Marcelo Maia Nogueira

3 Discussão da Pauta

1. Iniciando a reunião, a Coordenadora do Comitê, a Desembargadora Lígia Andrade de Alencar Magalhães, apresentou a pauta da reunião e solicitou que a Diretora do Depto. de Estratégia e Projetos, Roberta Kelma Peixoto de Oliveira Jucá, apresentasse as providências de encaminhamentos retirados em reuniões passadas.
2. A Diretora do Depto. de Estratégia e Projetos, por sua vez, informou ao Comitê que:
 - a) Quanto à providência de consulta à Divisão de Estatísticas da Seplag e/ou ao CNJ a fim de tratar dos questionamentos levantados com relação aos indicadores de congestionamento de execução penal (83% para Execução Judicial com Pena Privativa de Liberdade e 99% para Execução Judicial com Pena Não Privativa de Liberdade) – o entendimento do CNJ é o mesmo exposto no indicador; de que a pena das pessoas condenadas conta como fator de congestionamento para o cálculo do indicador. E isso se aplica igualmente a todos os tribunais do Brasil. Mesmo diante do entendimento exposto, **o Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau decidiu por contatar a Presidência a fim de ser enviada solicitação de revisão desses indicadores ao CNJ com o fito de o tempo de pena das pessoas condenadas não figurarem no cálculo dos indicadores;**
 - b) Com relação à emissão de comunicação do Comitê para a Esmec sugerindo temáticas de pesquisa relevantes para a melhoria dos serviços prestados no 1º grau de jurisdição, a Diretora informou do envio de ofício à Esmec com tais solicitações em novembro de 2015;
 - c) Por fim, quanto à coleta de informações junto à Secretaria de Tecnologia (Setin) e ao Fórum Clóvis Beviláqua (FCB) acerca de proposta de projeto relacionada à implantação da videoconferência nas unidades judiciárias, foi informado que o respectivo projeto está sendo revisto pela Setin. Há, inclusive, a possibilidade de execução na atual gestão com recursos do Funseg. **Uma vez que este tema figura entre a lista de priorizações do Comitê, foi deliberado que, quando da oportunidade de organização de reunião para tratar do tema, serão convidadas pessoas da Setin, Fórum Clóvis Beviláqua, Comissão de Segurança Permanente do TJCE e, da Parte do Poder Executivo, pessoas ligadas ao programa Ceará Pacífico.**

3. Adentrando no principal ponto de pauta da reunião (Organização de medidas para melhoria do serviço prestado pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc – do Estado do Ceará), a Seplag, por meio do Diretor da Divisão de Gerenciamento da Inovação, José Marcelo Maia Nogueira, e da Diretora do Departamento de Otimização Organizacional, Alda Maria Araujo de Oliveira, apresentou um diagnóstico acerca de problemas e desafios gerenciais enfrentados pelo Cejusc Fortaleza. Tal contextualização se fez com o propósito de tomar o Cejusc Fortaleza como referência para demais Centros correlatos do Estado.
4. Na qualidade de Supervisor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), o Desembargador Francisco Gladys Pontes, enfatizou a necessidade de atenção com relação a problemas de engenharia, estrutura física e pessoal dos Cejuscs do interior do Estado. Destacou, como exemplos dessas carências, os Cejuscs de Juazeiro e Maracanaú. Pontuou, ainda, questões relativas a carências na área de tecnologia e mobiliário. De sua parte, o **Comitê do 1º Grau comprometeu-se a atuar junto à Presidência e à Secretaria de Infraestrutura na tentativa de sanar problemas dos Cejuscs do interior pelo menos com o fito de garantir-lhes um mínimo de funcionalidade.**
5. Em complemento ao levantamento de necessidades dos Cejuscs do interior, a Coordenadora Adjunta do Cejusc Fortaleza, Dra. Jovina D'ávila Bordoni, pontuou também sobre a carência de formação de mediadores necessários na operação dessas unidades.
6. Por sua vez, a Coordenadora do Cejus Fortaleza, Dra. Natália Almino Gondim, relatou que procurou a Seplag do TJCE frente à precariedade que vinha enfrentando na tentativa de prestar o serviço do Centro, em toda sua importância demandada. Acrescentou que não tem condições de assumir a solução de conflitos em fase pré-processual, atribuição que é esperada da unidade. O centro recebe cerca de 1500 processos por semana e, segundo a Coordenadora, as duas maiores dificuldades atualmente enfrentadas são a problemas com a digitalização de processos e com a fluidez na divisão de atribuições com a diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.
7. Em resposta à colocação da Coordenadora do Cejusc, o Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, Dr. José Maria dos Santos Sales argumentou que, quanto ao apoio demandado, a citada diretoria já cedeu pessoas e cargos para o Cejusc. E que, da mesma forma que o Cejusc Fortaleza vem a demandando, rotineiramente surgem demandas extras como a audiência de custódia e o Ceará Pacífico.
8. Ao citar esses temas, iniciou-se uma breve discussão sobre as audiências de custódia, porém, logo o grupo retornou a tratar das demandas dos Cejuscs.
9. O Supervisor do Nupemec enfatizou a urgência na necessidade de priorizar o Cejusc, visto que, ainda neste mês de março, passará a funcionar o novo Código de Processo Civil, que dará grande centralidade aos Cejuscs. Novamente o Supervisor solicitou especial atenção do Comitê do 1º grau para atuar junto à Presidência quanto às necessidades dos Cejuscs. Com isso enfatizou a ajuda preponderante que o Cejusc dá ao Nupemec na tentativa de cumprir suas atribuições. Por fim, pediu licença para se retirar da reunião, já que, dentro de instantes iria ter de comparecer a outro compromisso.

10. A Coordenadora do Cejusc Fortaleza, em resposta à colocação do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, esclareceu que não pediu nem servidor nem cargo da diretoria para o Centro que coordena. Acrescentou que o Centro não tem condições de receber processos de 72 varas, conforme o esperado; que conta, em grande parte, com o trabalho de voluntários que trabalham apenas em um expediente. E completou afirmando que a redução da carga horária dos servidores para 07h prejudicou o serviço das varas e do Cejusc.
11. A partir desse ponto, grande parte das discussões focaram-se em questões principalmente relativas à gestão de pessoas e a deficiências na quantidade de mão-de-obra de trabalho, tanto para os Cejusc, quanto para os demais setores do Judiciário cearense.
12. O Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua considerou serem problemáticas as oscilações na quantidade de carga horária dos servidores observadas nos últimos anos (de 30h, para 40h e, atualmente, 35h semanais).
13. O magistrado indicado pela ACM, Dr. Ricardo Alexandre da Silva Costa, lembrou da necessidade de ser procedida a redistribuição da força de trabalho, principalmente do 2º grau para 1º grau.
14. Na mesma linha, a Coordenadora Adjunta do Cejusc Fortaleza, cogitou que poderia haver também redistribuição entre estagiários e terceirizados, principalmente para o Fórum Clóvis Beviláqua.
15. **Como sugestão dos três magistrados citados nos itens imediatamente anteriores, o Comitê deliberou por reforçar, junto à Presidência, a necessidade pela redistribuição da força de trabalho, principalmente do 2º para o 1º grau, no intuito de priorizar o 1º grau, redistribuição esta tanto de servidores, quanto de terceirizados e estagiários.**
16. **No ensejo, o magistrado indicado pela ACM, propôs, o Comitê acatou, que também fosse tratada a questão de criação de cargos de assessores para os juízes de 1º grau.**
17. O Secretário de Finanças, Alex Araújo, informou que há a forte orientação, por parte do CNJ, para que se reduza ao máximo, ou até mesmo se elimine, a atuação de terceirizados nas atividades-fim. Comunicou também que posse dos 79 novos juízes praticamente fechará a possibilidade de novo concurso para servidores até o ano de 2019.
18. O Secretário de Planejamento e Gestão, José Joaquim Neto Cisne, lembrou da importância do redesenho de processos de trabalho como fator que tem potencial de incrementar a qualidade dos serviços prestados pelo Judiciário, o que poderia ser também enfatizado junto à ideia de redistribuição de força de trabalho.
19. A Coordenadora do Cejusc Fortaleza enfatizou a necessidade de que a substituição de vagas de terceirizados a serviço do Fórum Clóvis Beviláqua seja feita no próprio Fórum, fazendo com que a vaga não possa passar a figurar em outro órgão do Judiciário do Estado.
20. Tratando de questões relativas à disponibilização de estagiários para atuar no Judiciário, o Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua resgatou informação de já ter sido celebrado

convênio com a OAB e faculdades de Direito para disponibilizar 02 estagiários por vara sem custos para o TJCE. Lembrou que o convênio não funcionou a contento. Relatou problemas junto à impossibilidade de se realizar estágios não-remunerados. **Restou como deliberação do Comitê levantar a possibilidade/viabilidade dessa ideia junto às demais demandas relativas à gestão de pessoas retiradas na reunião.**

21. **O Comitê, com isso, comprometeu-se a levar a ideia de se estabelecer estágio voluntário nos moldes da Lei nº 11788/2008. Da mesma forma, será levada a ideia de se aumentar a quantidade de menores aprendizes junto ao 1º grau.**
22. Tendo sido convidado a participar brevemente das discussões do Comitê, o servidor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Philip Magno dos Anjos Borges, representando o Secretário titular da unidade, **comprometeu-se a fazer levantamento para o Comitê da quantidade de estagiários em áreas administrativas e judiciárias, tanto de 1º, quanto de 2º graus.**
23. A Coordenadora Adjunta do Cejusc Fortaleza pontuou problemática relativa à atuação de mediadores e conciliadores: são voluntários, o que não lhes dá qualquer perspectiva de carreira profissional.
24. Por fim, em razão do adiantado da hora, bem como da pouca quantidade de membros do Comitê presentes à reunião, a Diretora do Departamento de Estratégia e Projetos propôs tratar do 3º ponto de pauta (Apresentação de proposta para lançamento e funcionamento do Fórum Permanente de Diálogo Interinstitucional e Social do Poder Judiciário do Estado do Ceará) em momento oportuno, quando houver quórum maior e data definida pela Presidência para o evento.

4 Compromissos

Descrição	Prazo	Responsável
Enviar, por meio da Presidência, solicitação de revisão dos indicadores (descritos no item “a” do ponto 2 da seção 3 desta ata) ao CNJ com o fito de o tempo de pena das pessoas condenadas não figurarem no cálculo dos indicadores.	31/03	Desa. Lígia/Seplag
Organizar reunião para tratar do tema Videoconferência (item “c” do ponto 2 da seção 3 desta ata).	A definir (a depender da finalização do projeto pela Setin)	Seplag
Atuar junto à Presidência e à Secretaria de Infraestrutura sobre os problemas dos Cejuscs do interior.	31/03	Desa. Lígia/Seplag
Reforçar, junto à Presidência, a necessidade pela redistribuição da força de trabalho, principalmente do 2º para o 1º grau, no intuito de priorizar o 1º grau, redistribuição esta tanto de servidores, quanto de terceirizados e	Imediato	Desa. Lígia

estagiários.		
Propor criação de cargos de assessores para os juízes de 1º grau.	Imediato	Desa. Lígia
Levantar, junto à Presidência, a possibilidade/viabilidade de retomar convênio com a OAB relativo à cessão de estagiários.	Imediato	Desa. Lígia
Levar à Presidência a ideia de se estabelecer estágio voluntário nos moldes da Lei nº 11788/2008, bem como aumentar a quantidade de menores aprendizes junto ao 1º grau	Imediatamente	Desa. Lígia
Fazer levantamento para o Comitê da quantidade de estagiários em áreas administrativas e judiciárias, tanto de 1º, quanto de 2º graus.	Imediato	SGP

5 Aprovações

Segue ATA da reunião realizada no dia 29/02/2016 para análise. As manifestações de correções ou acréscimos devem ser enviadas até o dia 17/03/2016. Caso não haja sugestões de alterações, a ata será considerada aprovada.